AS INVISÍVEIS DO CÁRCERE: INTERFACES DE MULHERES APRISIONADAS

THE INVISIBLES OF PRISON: INTERFACES OF IMPRISONED WOMEN

LAS INVISIBLES DE LA CÁRCEL: INTERFACES DE MUJERES ENCARCELADAS

Giseliane Medeiros Almeida¹
Maria Helena Santana Cruz²

10.21665/2318-3888.v6n11p292-321

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados decorrentes da dissertação de Mestrado em Educação intitulada “As invisíveis do cárcere: interfaces identitárias de mulheres aprisionadas.” A pesquisa objetivou descrever e analisar o processo de construção histórica de subjetividades de mulheres presas do Conjunto Penal de Paulo Afonso (BA), destacando a diversidade de experiência e invisibilidade da condição da população feminina comparativamente à população masculina prisional. Os pressupostos epistemológicos da metodologia qualitativa interpretativa de inspiração pós-crítica constituem o norte teórico do estudo. Foram consultadas várias fontes de informações e instrumentos de coleta de dados como: observação participante, registro em diário de campo e entrevistas semiestruturadas realizadas com 15 mulheres e 10 homens, atribuindo especial destaque à voz das mulheres, à construção cultural de identidades e modos de subjetivação. Os resultados questionam as diretrizes, com vistas à humanização das condições de atendimento, garantia dos direitos e dignidade, assistência jurídica gratuita, relações de gênero no cárcere, as diferenciações vividas por homens e mulheres na prisão e sua relação com a cultura patriarcal engendrada. Foram reveladas evidências de que, na prisão, as mulheres ora são tratadas como homens, fomentando uma sonegação de direitos da mulher, ora ocorrem processos de abrandamento da pena. A pesquisa destacou os processos formativos educacionais (formais e informais e/ou institucionais e não institucionais) que reproduzem uma cultura heterossexual compulsória e sexista, a qual é expandida e materializada também dentro do cárcere em seus paradigmáticos processos de disciplinamento e coerção dos corpos.

Palavras-chave: Criminalidade Feminina. Mulheres Presas. Gênero. Educação.

¹ Mestre em Educação- UFS, especializando-se em Educação em Gênero e Direitos Humanos- UFBA, pedagoga- UFAL, membro Grupo de Pesquisa do certificado pelo CNPq: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero. Coordenadora e professora do curso de pedagogia da Faculdade Pio Décimo de Canindé de São Francisco. E-mail: gisele_ufal@hotmail.com.

² Professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Serviço Social. Pós-doutorado em Sociologia da Educação, Doutora e Mestra em Educação (Universidade Federal da Bahia. Líder do Grupo de Pesquisa do certificado pelo CNPq: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero. E-mail: helenacruz@uol.com.br.

ABSTRACT

This article presents the results of a Master's dissertation entitled "The Invisible ones of Prison: Identity Interfaces of imprisoned Women. The aim was to describe and analyze the process of historical construction of subjectivities of female prisoners of the institution Conjunto Penal de Paulo Afonso (BA, Brazil), highlighting the diversity of experiences and invisibility of female population in a comparison with male prisoners. The theoretical orientation of the study is the post-critical inspiration of epistemological assumptions of interpretative qualitative methodology. Information of several sources were consulted and used data collection instruments, such as: participant observation, field diary notes and semi-structured interviews with 15 women and 10 men, emphasizing on women voice, the cultural construction of identities and modes of subjectivation. The results call into question the guidelines adopted to humanization purposes of care conditions, guarantee of rights and dignity, free legal assistance, gender relations in prison. The differences experienced by men and women in prison and their relation to the patriarchal culture engendered are also questioned. Evidences account that in prison women are now treated as men, fomenting a denial of women's rights, slowing down processes have been found sometimes. The research highlighted educational formative processes (formal and informal and / or institutional and non-institutional) that reproduce a heterosexual compulsive and sexist culture, which is also expanded and materialized within the prison in its paradigmatic processes of disciplining and coercion of bodies.

Keywords: Female Crime. Prisoned Women. Genre. Education.

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados derivados de la disertación de maestría en Educación, titulada "As Invisíveis do Cárcere: interfaces identitárias de mulheres aprisionadas (Las invisibles de la cárcel: interfaces identitarias de mujeres encarceladas) La investigación tiene como objetivo, describir y analizar el proceso de construcción histórica, de subjetividades de mujeres presas del "Conjunto Penal de Paulo Afonso/BA", destacando la diversidad de experiencias e invisibilidades de las condiciones de la población femenina en comparación con la población masculina presidiaria. Se utilizó la metodología cualitativa interpretativa con inspiración post-crítica constituyéndose como el norte teórico del estudio. Fueron consultadas varias fuentes de informaciones e instrumentos de recolección de datos como: observación participante, registro en diario de campo y entrevistas semiestructuradas realizadas a 15 mujeres y 10 hombres, atribuyéndose especial destaque a la voz de las mujeres, a la construcción cultural de identidades y a los modos de subjetivación. Los resultados cuestionan las directrices con miras a la humanización de las condiciones de atención, garantía de los derechos, dignidad y asistencia jurídica gratuita, relaciones de género en la cárcel, las diferencias vividas por hombres y mujeres en la prisión y su relación con la cultura patriarcal engendrada. Fueron reveladas las evidencias de que en la cárcel las mujeres o son tratadas como hombres fomentando una evasión de derechos de la mujer, u ocurren procesos de desaceleración de la condena. La investigación destacó los procesos formativos educativos (formales e informales y/o institucionales y no institucionales) que reproducen una cultura heterosexual compulsiva y sexista, la cual, se expande y se materializa también dentro de la cárcel en sus paradigmáticos procesos de disciplina y coerción de los cuerpos.

Palabras clave: Criminalidad Femenina. Mujeres Presas. Género. Educación.

Introdução

Por meio desta pesquisa, convidamos o/a leitor/a a pensar naqueles/as que cometem crimes, isto é, aqueles/as que seriam os estorvos sociais, e que, por algum motivo, não “deram certo” na fôrma social. Diante disso, apresenta-se a necessidade de falar sobre os “monstros” que devem ser vomitados do corpo social formado pelos “sadios”, que, muitas vezes, causam medo, dor e sofrimento aos chamados “cidadãos de bem”. São seres intangíveis, com “vidas paradoxais”, pessoas que infringiram as leis, normas, padrões da sociedade, são tidas como perigosas, libidinosas, repulsivas, portanto, do ponto de vista jurídico, deveriam ser varridas do meio social, ou punidas. Afinal, em geral considera-se que “bandido bom, é bandido morto”, como defende o senso comum.

Consideramos pertinente trazer à luz experiências vividas pela população prisional feminina, que faz parte da sociedade em que vivemos, refletindo, assim, sobre as múltiplas identidades/subjetividades que vão além do ser criminoso/a. Trata-se de um estudo desafiador, na medida em que questiona a condição de ser mulher presidiária, suas trajetórias de vida, processos de socialização orientados por expectativas do que é ser mulher e homem na nossa sociedade.

Os estudos acerca das relações de gênero são inúmeros, porém ainda são escassos quando se pretende estabelecer uma relação entre o papel da mulher na sociedade e seus atos indesejáveis e/ou criminosos. Ao adotarmos a categoria gênero, reconhecemos que há experiências histórico-sociais pautadas nas diferenças sexuais, quer seja como construção organizadora de modos de ser e modelos de comportamentos, quer seja como variável de pertencimento dos sujeitos, uma vez que as reflexões acerca dos indivíduos do sexo masculino em idade produtiva, brancos, burgueses e heterossexuais eram generalizadas a todos/as.

Grosso modo, pode-se afirmar que gênero surgiu como uma forma de distinguir as diferenças biológicas das desigualdades socioculturais e transferiu o olhar para mulheres e homens como segmentos isolados para o olhar que se fixa nas relações interpessoais e sociais, por meio das quais homens e mulheres são mutuamente constituídos como categorias desiguais. A linguagem e o discurso centrados em estereótipos da cultura

heterossexista compulsória e sexista³ normatizam modelos de como ser mulher, baseados no sexo biológico de mulher dócil e frágil, destinada ao espaço privado.

Foram apresentadas como questões/problemas para esta pesquisa: Qual o perfil da população do Conjunto Penal de Paulo Afonso (BA)? Como a população prisional feminina vivencia as diferenças e seletividade de gênero, comparativamente à população prisional masculina? Como as mulheres vivenciam suas experiências nos discursos sobre o seu dia a dia e constroem estratégias de sobrevivência na prisão? Qual relação se estabelece entre gênero, criminalidade feminina e educação? O processo de aprisionamento constitui processos formativos educacionais?

Tomamos como base o objetivo de analisar o processo de construção histórica de mulheres presas do Conjunto Penal de Paulo Afonso (BA), destacando a diversidade de experiências, a invisibilidade da condição da população feminina comparativamente à população masculina prisional. Os objetivos específicos alinhados ao objetivo geral desta pesquisa são: Descrever e caracterizar a população carcerária que cumpre pena, com foco para a temática da criminalidade no Brasil e a participação da mulher nesses índices; analisar as relações de poder e interfaces subjetivas vividas por mulheres inseridas no crime e sua relação com a figura masculina; entender a concepção feminina de identidade, o modo como as detentas constroem e representam suas identidades nas experiências compartilhadas no cotidiano do sistema prisional.

Aventamos a hipótese de que o presídio é considerado um espaço educativo/reeducativo/ressocializador, portanto, apresenta uma pedagogia própria, que contribui sobremaneira para a construção do imaginário social de mulheres e homens presos, reproduzindo os discursos sexistas, racistas e classistas, caracterizados na formação social do Brasil, sendo interessante descortinar e problematizar as verdades nesse âmbito. Nesta linha de reflexão, a criminalidade das mulheres poderá ser associada ao processo educacional estruturado em uma cultura heterossexual compulsória e sexista,

³ “Heterossexismo: é um sistema ideológico que assume a heterossexualidade como norma, com consequente homofobia, isto é, hostilidade e discriminação contra pessoas de orientação homossexual. Sexismo: Significa discriminação de sexo; historicamente, inferiorização das mulheres e, consequentemente, detenção de poderes e privilégios pelos homens” (CARVALHO et al., 2016, p. 10).

constituindo-se como estratégia de saída da invisibilidade social feminina, como forma de libertação, ou sujeição ao homem. Por isso, ao adentrar em um presídio, as mulheres precisam se adaptar às novas regras que se impõem, e o processo de adaptação e de vivências é um processo educativo que disciplina e forma os sujeitos em dóceis e manipuláveis.

Nesse contexto, a educação diz respeito à educação escolar e não escolar (institucional e não institucional) vista em alguns momentos sob a perspectiva da formação escolar dos presos e presas, assim como a educação que se prolifera no campo social remete a sentidos diversos, em caráter transdisciplinar.

Ambas as perspectivas educacionais se encontram imersas em valores androcêntricos, sexistas, homofóbicos, classistas e racistas, refletindo tais aspectos dentro da vida no cárcere. O androcentrismo refere-se ao posicionamento do homem, e do ponto de vista masculino, no centro da cultura e da história; normas e valores masculinos adquirem, assim, universalidade, com a consequente marginalização ou exclusão de experiências e valores femininos.

O presente artigo foi estruturado a fim de concretizar os objetivos propostos e responder as questões elencadas, percorrendo a estrutura de, *a priori*, apresentar a metodologia adotada, logo em seguida, traçar o perfil da população prisional feminina e masculina da cidade de Paulo Afonso, que, de modo geral, se assemelha aos parâmetros de presos/as nacionais, revelando os entrelaces representativos e identitários prescritos os discursos que revelam as diferenciações de gênero vividas no cárcere e os processos educacionais latentes nesse contexto. *A posteriori*, apresentamos as vozes das mulheres presas, destacando como elas reconstroem suas identidades constantemente em prol de uma imagem aceitável de ser mulher na sociedade.

Assim, descrevemos e analisamos depoimentos de homens e mulheres que nos levam a questionar e refletir sobre a vida no cárcere, em suas interfaces de gênero, criminalidade e educação, evidenciando um contexto de invisibilidade feminina com relação à população prisional masculina, assim como a perspectiva de o contexto prisional estar

ligado a uma educação androcêntrica, classista, racista e sexista que produzem e reproduzem corpos dóceis e diferenciações de gênero na prisão.

1. Caminhos metodológicos da pesquisa

Fundamentamos a pesquisa na vertente epistemológica da teoria pós-crítica em educação (MEYER; PARAÍSO, 2012), considerando que o tipo de abordagem teórico-metodológica caracteriza-se por tratar o conhecimento como algo inacabado, que sempre coloca em xeque as verdades produzidas, multiplicando sentidos e discursos acerca do objeto de pesquisa⁴.

Com ênfase na metodologia qualitativa e interpretativa de inspiração pós-crítica, utilizamos o estudo de caso do tipo etnográfico, para realização da pesquisa no Presídio Regional de Paulo Afonso (BA). Conforme Ventura (2007) o *estudo de caso*, observa que é preciso ter cuidado, uma vez que “[...] deverá haver sempre a preocupação de se perceber o que o caso sugere a respeito do todo e não o estudo apenas daquele caso. Portanto, pesquisar significa fazer uma escolha, pois, em cada caso concreto, deve-se definir um determinado nível de agregação” (VENTURA, 2007, p. 383).

A população da pesquisa integra homens e mulheres do Presídio Regional de Paulo Afonso (BA), com destaque para as falas das mulheres, pela sua condição histórica de opressão/exploração. Vale ressaltar que a unidade prisional é destinada, predominantemente, à população masculina (394 internos), contudo, possui uma ala improvisada para a população feminina minoritária (19 internas), no momento da pesquisa de campo. É importante destacar que o sistema penitenciário apresenta uma

⁴ É válido ressaltar que a pesquisa obedeceu aos trâmites legais referentes à autorização do Comitê de Ética no site da Plataforma Brasil, de modo que o projeto “As Invisíveis do Cárcere: Interfaces Identitárias de Mulheres Aprisionadas” com número 62429816.0.0000.5546, foi aprovado, com data de início de coleta de dados para o dia 04 de fevereiro de 2017.

rotatividade constante com relação ao número de presos, o qual poderá mudar diariamente, haja vista a entrada e saída de internos/as.

Foram realizadas 26 entrevistas gravadas (uma entrevista com o coordenador de atividades laborais e educacionais, 15 entrevistas com as mulheres presas e dez com os homens) respeitando-se a vontade dos/as respondentes para falar, seguindo um roteiro de entrevista semiestruturada, assim como reportando as observações e registro em diário de campo.

É relevante enfatizar que no interior das celas das mulheres presas não houve monitoramento, nem a presença de agentes e seguranças, revelando de forma concisa, mas ainda incipiente, a relação de gênero no cárcere em todos os seus aspectos. As mulheres presas não pareciam se importar com o objetivo da pesquisa, mas expressavam forte necessidade de serem ouvidas e de externar suas justificativas ou defesas para alguém de fora do sistema.

Diferentemente da ala feminina, na ala masculina existia policiamento e separação por grades entre os internos e a pesquisadora. Na referida ala, foram realizadas oito visitas, sempre com muita cautela, agentes acompanhando e grades separando. Nas visitas, diferente da ala das internas, os agentes “escolhiam” alguns presos para realização das entrevistas, evidenciando uma forma de tratamento diferenciado destinado à população prisional de homens e mulheres, uma vez que os homens costumam ser mais violentos e as mulheres mais tranquilas, assim, no contexto do cárcere, desconfia-se menos das mulheres, podendo revelar a relação de gênero intrínseca, a qual coloca as mulheres em contextos subalternos na prisão.

Na condição de categoria de organização e análise dos dados coletados, aplicamos a técnica de análise textual discursiva que é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso” (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 118). A referida análise proporciona interlocuções entre a pesquisa empírica, teórica e as interpretações do pesquisador; caracteriza-se por sua abrangência com relação a incluir outras análises. Esta categoria exige que o pesquisador mergulhe nos dados assumindo-

se como sujeito de interpretações, seu ciclo é de um exercício de elaborar sentidos ao que se pesquisa.

Trata-se de uma análise de construção crítica; assim, percorremos algumas etapas, são elas: desconstruir (unitarizar, fragmentar as unidades de sentido ou análise, examinando o material coletado em seus detalhes); reordenação (comparar as unidades de análise; agrupamento de elementos semelhantes; processo de criação, ordenamento, organização e síntese); teorização (estabelecer pontes entre as categorias; descrição, argumentação e interpretação). Nessa perspectiva, as etapas não se excluem, delimitam-se e dialogam, de modo que as categorias de análise tendem a ir surgindo com a pesquisa empírica e textual.

Assim, a partir dos métodos de coleta descritos e da análise dos dados, foi possível obter um panorama de como funciona a Unidade Prisional de Paulo Afonso (BA) ouvindo os internos e internas, percebendo o contexto, sob a perspectiva de gênero, prestando atenção na divisão sexual existente na prisão e nos processos formativos educacionais que os presos e presas carregam e que, de alguma maneira, contribuem para as diferenciações emergidas entre homens e mulheres no cárcere, destacando a ala feminina e suas especificidades emergentes.

2. Caracterização da população estudada

Por meio da técnica de coleta e análise dos dados foi possível traçar um perfil dos presos e presas presentes na unidade prisional pesquisada, apresentando suas variáveis.

De modo geral, os/as presos/as entrevistados/as são separados por alas do sistema prisional; em sua maioria, são pobres, com baixa ou nenhuma escolarização, pais/mães de filhos/as dos quais tiveram que se distanciar, católicos ou evangélicos, moradores de cidades do interior que se localizam nos arredores da região onde o presídio está localizado. Nesse cenário, presume-se que as regras de convivência seriam iguais para

todos, entretanto, existem algumas diferenciações no que tange ao público prisional feminino.

A Lei de Execuções Penais (LEP), nº 7.210, de 11 de julho de 1984, adverte sobre os direitos para homens e mulheres no cárcere, assim como alguns direitos específicos para a mulher que comete crimes (BRASIL, 1984). De acordo com França (2014, p. 220), a LEP é considerada uma das mais avançadas do mundo, uma vez que legisla sobre múltiplos aspectos, direitos e deveres das pessoas presas, entretanto, destaca que as menções feitas à mulher são praticamente inexistentes.

França (2014) fortalece essa afirmação ao proferir que “Não é necessário, pois, empreender mais nenhum esforço para se ter a certeza de que a LEP prevê, para a mulher, direitos vinculados à sua própria condição sexual” (FRANÇA, 2014, p. 221). Nesse sentido, corrobora-se com a autora ao afirmar a necessidade de reformulação da referida Lei, de modo a garantir as singularidades relativas ao gênero feminino; no campo de pesquisa, por exemplo, identificaram-se a violações aos direitos da mulher, como os relativos à visita íntima, às atividades de ressocialização (apenas para a população masculina), ao trabalho no cárcere e aos julgamentos com atrasos, daí as mulheres se autointitulem como invisíveis.

Apesar do expressivo aumento da criminalidade feminina no Brasil, especialmente da participação de mulheres no tráfico de drogas, esse cenário ainda não justifica um proporcional interesse acadêmico pelo tema. Com base em uma abordagem que ignora o protagonismo e a intencionalidade feminina, as mulheres criminosas são vistas, muitas vezes, como vitimizadas por homens criminosos. Sua participação na rede pode ser resultado da opressão, do medo e da falta de opção que caracterizam a vida de mulheres afetivamente envolvidas com homens criminosos.

É importante contextualizar, a partir do espaço em que se fala, de modo que segundo o Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado da Bahia (2007b), na Bahia, o órgão

responsável pelo sistema penitenciário é a Superintendência de Assuntos Penais (SAP)⁵, em regime especial da administração direta, integrante da estrutura da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos (SJDH), que tem por finalidade: “[...] planejar, coordenar, executar, supervisionar, controlar e avaliar, em harmonia com o Poder Judiciário, os serviços penais do Estado.” (BRASIL, 2007, p.6).

Em todo o Estado da Bahia só existe um conjunto penal feminino, localizado em Salvador, Capital do Estado. O presídio de Paulo Afonso, onde a pesquisa foi realizada, também é destinado à população masculina que é a maioria, contudo, possui uma ala improvisada para o público feminino.

Assim, a fim de apresentar dados concernentes à população feminina e masculina da unidade prisional pesquisada, apresentamos a necessidade de ouvir o que essas pessoas têm a nos dizer. Entretanto, dar voz aos detentos e detentas não é tarefa fácil, considerando que em seus discursos costumam apresentar/manifestar um jogo de sedução e convencimento. Em cada palavra, frase e/ou discurso pronunciados é possível perceber a ânsia de ser aceito/a, de forjarem a nova identidade que lhes foi dada. Identidade referente ao tão temido criminoso, o qual negam enfaticamente, com todas as suas artimanhas discursivas, na perspectiva de produzir/inventar outras verdades sobre si mesmo.

Discursos que, de acordo com Foucault (1979), atravessam relações de poder, e vontades de possuir uma verdade, esta que é momentânea e criada de acordo com cada contexto histórico. Estudar a mulher é revelar o tecido de incongruências da história, esta que é marcada por uma produção que tem como centro a figura do homem. Assim, faz-se necessário estudos que contemplem outro olhar, desconfiando de verdades absolutas e apresentando novas perspectivas, de acordo com o tempo e espaço em que são produzidos.

⁵ O SAP foi criado através do Decreto nº 10.388, de 27 de junho de 2007. Ainda de acordo com o documento supracitado, o Sistema Penitenciário do Estado da Bahia possui 22 (vinte e duas) Unidades Prisionais, sendo 09 (nove) localizadas na capital e 13 (treze) situadas no interior, dentre estas se encontra o conjunto penal de Paulo Afonso (BA). (BAHIA, 2007a).

Portanto, a partir da perspectiva foucaultiana, pensa-se sobre a análise do objeto de maneira peculiar, refletindo quanto às verdades, relações de poder, mecanismos de disciplina, punição e controle dos corpos, assim como acerca dos processos educativos que se fazem presentes em cada emaranhado da prisão.

São pessoas que, a todo momento, forjam a identidade de criminoso/as, que se reconstroem em seus pronunciamentos, que, de maneira constante, enfatizam a condição de seres humanos. Assim, “[...] é necessário ponderar que o detento, para se safar da prisão, forja uma nova imagem, e isso se materializa na capacidade de dissimular, mentir e se conter” (SANTOS, 2014, p. 100).

Os presos e presas, em seus discursos, nem sempre falam o que querem, mas o que pode ser propício para o momento, assim, com embasamento nos dados coletados, temos amostras discursivas que, em seus entrelaces, falam mais do que foi dito, e fazem pensar sobre vidas extraviadas, repletas de complexidades que nem eles/as mesmos entendem.

Portanto, partindo do agrupamento de respostas e depoimentos, obtivemos um parâmetro geral concernente à categorização e descrição do perfil da população pesquisada que cumpre pena em Paulo Afonso (BA). Em geral, os homens e as mulheres presos/as da Unidade Prisional pesquisada não se distanciam do perfil nacional traçado no INFOPEN (BRASIL, 2014b), entretanto possuem algumas peculiaridades que precisam ser problematizadas sob a lente de gênero e direitos humanos.

Neste tópico, apresentamos uma análise dos dados coletados junto aos presos e presas, utilizando quadros comparativos entre os dois públicos, uma vez que de acordo com Saffioti (1987, p. 74), para se pensar sobre as mulheres, faz-se necessário pensar sobre as masculinidades hegemônicas e sua constante relação com o processo de submissão feminina.

Estudiosos⁶ apontam que no cárcere é evidente as perspectivas de gênero, pois a prisão é um local social para além de suas paredes e trancas. Desta forma, a fim de

⁶ França, 2014; Moreira, 2007; Santos, 2014; Silva, 2015; Souza, 2005.

problematizar tais questões à luz da realidade, apresentamos esta pesquisa como possibilidade de contribuição às produções acadêmicas que visam a refletir acerca da mulher criminosa. Para tanto, fez-se necessário ouvir o que os presos e presas têm a nos dizer, prestando atenção em seus entrelaces discursivos e representativos.

3. Entrelaces discursivos/representativos dos presos e presas

Eu sou a mais velha daqui *né*. No tempo que eu *tou* aqui já entrou e saiu muita gente e eu limpo lá fora *né*, então eu ouço as conversas e já ouvi muito disso. Mas minha opinião mesmo é que existe diferença sim entre os homens e mulher aqui no xilindró. Eu faço faxina lá fora, na entrada, nas coordenações, na copa. E todo dia o que eu mais vejo é homem entrando nos carros da Polícia. Mulher é mais difícil. A gente até fica surpresa quando chega uma ou outra aqui e a maioria por crime mais besta, ou que o povo considera besta *né*. Já os *home* eles têm mais cuidado, porque são mais violento *né*. E também tem a questão dos trabalhos que *pra* eles sempre tem mais, curso que em vez em quando vem. Sabe o que chegou uma vez aqui *pra* gente? Curso de boneca de pano. Será que *pra* eles lá vem um curso desse? Vem nada, vêm outras coisas mais interessantes. Mas eu gosto sabe? Eu gosto de fazer artesanato e faço desde que entrei aqui. E também tem essa questão aí que as meninas estão dizendo de namorar *né*, que aqui a gente não tem vez nisso aí. Uma vez eu *tava* me engraçando com um rapaz lá do regime semiaberto, ele ficava olhando *pra* mim e eu *pra* ele, mandava carta nas horas que eu saía pra fazer a faxina, sempre via ele. Mas as agentes ficaram me dando conselho e eu deixei *pra* lá. É como se elas tivessem mais cuidado com a gente. Pensam que a gente é besta! Risos (PRESA 8).

A presa de número oito apresenta uma fala rica em detalhes sobre suas vivências dentro do cárcere. Ela afirma que é a mais velha cumprindo pena (sete anos), e que, por fazer faxina, tem contato com todo o pessoal do presídio há mais tempo, consegue ter uma visão mais geral de como funciona o sistema, e revela que poucas vezes chegam mulheres, e quando chegam seus crimes são considerados bestas, que com os homens os agentes têm mais cuidado, pois são considerados violentos.

Assim como os trabalhos de ressocialização em que se oferecem aos homens trabalhos braçais, como na horta (com exceção da fábrica de corte e costura, em que só trabalham homens), enquanto que para elas levam cursos destinados ao que é ser mulher na sociedade, sob este quesito a detenta ri(r), ao exemplificar um curso de bonecas de pano oferecido há pouco tempo. Enfatiza, ainda, o cuidado das agentes para com as mulheres presas com relação aos relacionamentos amorosos, e brinca ao dizer que elas pensam que as mulheres são bestas.

Esse discurso, de maneira peculiar, evidencia o grande aporte de diferenciações de gênero na prisão, assim como também os processos educacionais latentes, que estão presentes em cada fala da presa. O ato da faxina, das punições, trabalhos de ressocialização, namoros, cursos de aperfeiçoamento, envolvimento com a comunidade prisional com um todo são atos formativos educacionais de forma institucional e não institucional que refletem conceituações e padrões de gênero. Isto porque, ao serem encarceradas, as mulheres precisam se adaptar às novas regras que se impõem, e esse processo de adaptação e de vivências é um processo educativo que, assim como evidencia Foucault (1998; 2013), disciplina e forma os sujeitos em dóceis e manipuláveis.

Pensar sobre o discurso da presa identificada como “PRESA 8” é esmiuçar as características de gênero e educação sexista no cárcere, em cada palavra citada. França (2014) afirma que a insignificância com a qual a criminalidade feminina vem sendo tratada é preocupante, uma vez que ainda se associa à mulher a visão engendrada de dócil e frágil, aquelas que representam menos perigo, e que, por conseguinte, se deve mais cuidado do que punições.

As mulheres constituíram-se como duplo alvo em seu contorno de vítimas, porque, se a sociedade via refletida nelas praticamente toda a imagem de moralidade que cabia a sociedade ter, ficava a cargo dos homens moldá-las para tal finalidade. Assim, como furto dessa visão de mulher e dessa vida em sociedade, era geralmente relativo a crimes praticados por homens que tratava a legislação (CANCELLI, 2001, p. 52, *apud* FRANÇA, 2014, p. 2014).

Tais padrões de ser mulher na sociedade são retratados por alguns autores trabalhados na revisão de literatura como Follador (2009), Louro (2008), Rosaldo (1979), Souza (2005), Moreira (2007), Silva (2014), Furlan (2013), dentre outros, abordam a perspectiva relativa a mulher na sociedade, levando-nos a refletir sobre os papéis de ser ideal de ser criminosa, na condição de imbricadas em processos formativos educacionais patriarcais, androcêntricos e sexistas.

As análises dos dados evidenciam as interfaces do cárcere com relação a gênero, criminalidade e educação, apresentando algumas incongruências relevantes em torno da vida de mulheres presas, que são constantemente invisibilizadas.

Assim, ao serem questionados/as sobre suas percepções em relação às diferenças de gênero no presídio os/as presos/as expressaram vivências e desvantagens. As mulheres, por exemplo, em sua maioria, demonstram insatisfação com relação às vantagens e aos direitos concedidos a população prisional masculina, que lhes são negados, simplesmente pela condição de serem mulher. Em geral, as presas percebem que os homens possuem privilégios e diferenças de tratamento, simplesmente por serem homens.

Alguns presos afirmaram ser mais fácil para a mulher sair da prisão, pelos atributos de gênero, ou seja, eles alegam que as mulheres são mais “ajeitadas” pelo Judiciário como um todo. Nesse aspecto, nos reportamos a Moreira (2007) quando afirma a possibilidade de haver um possível abrandamento da pena feminina. Entre os presos entrevistados, 80% não percebem desvantagem nas relações sociais entre eles e as presas, em detrimento de 80% das mulheres que afirmam que existem diferenciações e citam várias, como a perspectiva de não possuírem direito a visita íntima, não terem acesso à possibilidade de trabalhar dentro do presídio, assim como seus processos, que - de acordo com elas - demoram para ser julgados, e até mesmo a questão relativa à chegada de mulheres e homens e os índices de reincidência, os quais as presas afirmam perceber ser maior entre a população prisional masculina.

Para França (2014), a ciência da criminologia possui uma realidade sexuada, de modo que todo o sistema prisional como: as entradas e saídas, reincidências, projetos de

ressocialização, prioridades entre feminino e masculino, assistencialismo, direitos, etc. requerem ser pensadas sob o prisma de estudos de gênero. As mulheres integram um grupo minoritário na prisão, e a sua invisibilidade é sobremaneira destacada. Tal postura é amparada pela percepção de que “[...] a participação feminina, se comparada à masculina é praticamente invisível na criminalidade geral, uma vez que representa, aproximadamente, apenas 6% do total de presos” (FRANÇA, 2014, p. 213).

Inúmeros criminologistas indicam como causa provável da menor preeminência da taxa de criminalidade feminina, a maior benevolência e posição tolerante do público e autoridades policiais e judiciais frente à mulher delinquente (MOREIRA, 2007, p. 5). A criminologia feminista, tomada como um norte teórico e prático, descortina as relações sociais desiguais no cotidiano do cárcere⁷.

Ainda, a fim de perceber as diferenciações de gênero na prisão sob a ótica dos discursos indagou-se sobre o que os/as presos/as mais sentem falta no cotidiano de reclusão. Entre os presos, 70% afirmam gostar das lembranças da família, dos filhos, do trabalho na agricultura, sendo que todos (100%) versam sobre a liberdade perdida como quem perde uma “botija de ouro”. Enquanto as mulheres (90%) se reportam para a família, valorizam o espaço privado do lar, os/as filhos/as, se culpam por não estar cuidando deles/as, exercendo o papel histórico atrelado à concepção de ser “mulher de verdade”. Mesmo a pesquisadora explicando-lhes o objetivo da pesquisa, pareciam não dar muita importância desde que pudessem ser ouvidas por alguém de fora da prisão. Elas apenas queriam contar com riqueza de detalhes o porquê de estarem ali isoladas do corpo social.

Pensar na liberdade para os homens, e na família e filhos para as mulheres, dentro da prisão, nos remete aos modelos sociais em que vivemos, considerando que tais conceituações são marcos da contemporaneidade que, assim como versam Follador (2013), Saffioti (1987), Butler (2014), Scott (1995), dentre outros, precisamos pensar

⁷ Saffioti, 1987; Scott, 1995; Sardenberg, 2010; Machado, 2000; Louro, 2008.

sobre homem e mulher sob uma cadeia de efeitos entrecruzados, para além das caixinhas normalizadoras.

França (2014) entende que “[...] uma mulher que é condenada à prisão, verifica um esfacelamento, quase que completo da estrutura familiar. E os desdobramentos são completamente diferentes daqueles demonstrados pelos homens submetidos às mesmas condições” (FRANÇA, 2014, p. 22). Em outras palavras, as mulheres sofrem múltiplas prisões.

Conforme uma das entrevistadas: “Eu tinha uma vida, razoável, *né*? Aí entrei nesse mundo do crime. Foi só momento de fraqueza, coisa que, sei lá... eu não vou querer isso mais não (PRESA 3)”. Para Souza (2005), os crimes cometidos por mulheres estão associados ao modelo de socialização para as meninas, desde o seu nascimento, podendo ser um indicativo da origem da participação subalterna nos delitos e caracterização não violenta dos crimes femininos.

Ouvir essas mulheres em suas especificidades não se constituiu tarefa fácil, na medida em que seus discursos são entrelaçados de vitimismo, construções positivas e negativas de si, tentativas de resgate de uma identidade deteriorada na prisão, pois as presas se dizem, se explicam, se constroem, preenchem suas vidas por meio de seus paradoxais discursos, refletindo a dicotomia cultural de santas e prostitutas, de modo que à primeira cabe o respeito social em detrimento do desprezo para com a segunda, conforme Saffioti (1987).

Discutir a vida das presas, como práticas sociais singulares não significa entendê-las como autônomas. A prisão não é o ponto último das trajetórias das presas, é necessário pensar como se constituem as subjetividades das mulheres das margens e como se explicam, antes da prisão e na prisão, pensar inclusive nas formas de assujeitamento (SILVA, 2014). Para Saffioti (1987), estudar a mulher é estudar e voltar-se aos homens, a fim de descosturar as amarras sociais, descortinando as normalizações e papéis engendrados. Os resultados deste estudo interrogam, problematizam e procuram evidenciar as diferenciações vivenciadas nas relações sociais entre homens e mulheres na prisão como processos educativos.

4. Mulheres presas reinventando-se: ecoando vozes, visibilizando vidas

Ao serem questionadas sobre os crimes de acusação e julgamento, as mulheres tratavam de narrar cada detalhe de suas histórias de vida, riam, choravam, se contradiziam em seus discursos na busca de uma verdade própria, revelando ânsia de ser ouvida, de falar de suas vidas e gritar: “ei, eu existo!” Algumas afirmam inocência, negam a culpa do ato delituoso cometido, outras ignoram suas ações ilícitas, e há aquelas que apenas se dizem arrependidas e juram não serem as “criminosas terríveis” propagadas por todo um corpo social.

FIGURA 01 - Prisioneiras da cidade de Paulo Afonso

Fonte: ASCOM/PMPA- Site da cidade de Paulo Afonso (2009).

Na Figura 01 é fácil diferenciar as mulheres presas das visitantes. As vestimentas fazem parte do processo de resignificação, subjetivação e nova identidade que se impõe, desta vez, a de criminosa. Foucault (2013) adverte que todo o sistema prisional é pensado a fim de penetrar uma possível punição/formação no mais íntimo ser das pessoas presas. Nas primeiras visitas, algumas mulheres ficaram receosas de falar, contudo, ao ver suas companheiras sendo entrevistadas, logo também queriam expressar-se e contar suas histórias.

Ao questionar sobre os crimes de acusação e julgamentos, obtivemos algumas categorias de análise, com base na frequência das respostas. As presas vivenciaram experiências

diversas: desestruturação e distanciamento familiar, são mães solteiras, e, em geral, se dizem inocentes. Apenas uma minoria afirma ter uma parcela da culpa que lhes fora atribuída, justificando seus atos/delitos por necessidade econômica. Elas justificam a prática do crime pela situação de pobreza. Ou seja, sem comida para os filhos, acabavam cometendo atos ilícitos. Em geral, as presas revelam um histórico de violência com marcas no corpo, cicatrizes de ferimentos, tatuagens com nomes de pessoas e símbolos que muitas delas afirmam não lembrar o significado, sendo marcas de uma vida desfarelada diante da violência vivenciada.

A imagem de ser mulher e estar presa ora se assemelha ao padrão histórico de ser mulher (reportando-se à família e aos filhos, atos ilícitos com menos violência, abrandamento da pena, dentre outros aspectos) ora essas mulheres vão de encontro e questionam o padrão naturalizado de mulher frágil e do lar, na medida em que alcançam o espaço público e ludibriam a lei com suas performances criminais que se eleva cada vez mais (mais de 500% de 2010 para 2014 de acordo com o Informativo Penitenciário Nacional (INFOPEN) de 2014 (BRASIL, 2014a).

São naturalizadas as imagens referentes ao feminino e ao masculino, de modo que não cabe à mulher o acesso ao prazer ou ao trabalho na prisão. As mulheres se ressignificam, constroem uma identidade positiva de si, para serem aceitas; uma identidade atrelada à construção histórica da mulher submissa, confiável, exemplo de resistência, com base em modelos, que questionam o perfil de mulheres que cometem crimes.

As mulheres apenas constroem estratégias de sobrevivência na prisão, se reconstróem diariamente, ludibriam as regras e desmantelam o poder do cárcere. Uma forma das estratégias de sobrevivência evidenciada na pesquisa diz respeito às práticas sexuais vivenciadas por mulheres na prisão, entre as quais o aerossol (ato sexual com frascos de desodorantes vazios) e o chupa charque (sexo oral), são práticas nativas nas experiências vividas no cotidiano da prisão de Paulo Afonso. Essas mulheres se deleitam umas com as outras sob o silêncio da noite, quando as grades e os enormes cadeados são fechados. Nesse cenário, as presas são, por excelência, exemplo de resistência, pois embora todos

os seus passos sejam vigiados na sociedade antes, durante e depois da prisão, elas burlam o poder em todas as suas esferas.

Nos discursos emergem a dinâmica da organização do mundo das drogas, ou seja, não se pode conversar muito ou se identificar, apenas obedecer às ordens, fazer o que se manda e pegar a parte da renda que lhe cabe. Uma das entrevistadas relata que a prisão a resgatou, se não tivesse presa já estaria morta. Ela vê sua experiência como um processo de transformação e agradece a Deus por ter sido presa. Com frequência, ela aconselha as calouras do crime a se comportarem: “Eu sempre digo a elas, se comporte, porque é que as agentes gostam de mim? Porque eu ajudo, faço as coisas certinhas, não fico de bestagem, aí elas me ajeitam”. Desse modo, contribuí com o sistema. Enfatiza: “Se hoje alcancei o ‘respeito’ das companheiras e agentes foi devido ao meu bom comportamento” (PRESA 7).

Em Foucault (1970, 1998), aprendemos a pensar sobre as relações de poder que disciplinam. Ou seja, o poder que não está apenas em uma instância, mas em todas as relações sociais. Foucault (1970) refere-se ao poder em suas múltiplas esferas, de modo que estão presentes em todo o percurso social, inclusive nas identidades, meios de vida e convivência que se formam dentro da prisão.

Silva (2015) afirma que as mulheres encarceradas embaraçam o corpo social e seus moldes históricos de ser e viver como mulher em sociedade, percorrendo, em sua pesquisa, sobre essas vidas que são silenciadas e muitas vezes negadas. As presas, ao dizerem não, estão falando “[...] uma verdade sobre si, elas se constituem no discurso, organizando suas vidas, preenchendo silêncios, explicando racionalmente suas escolhas” (SILVA, 2014, pp. 43-44). Seus discursos levam a pensar nas relações de poder estabelecidas no cárcere, assim como as verdades que são produzidas dentro da prisão sob prismas diferenciados. No cárcere, são estabelecidos princípios de convivência entre as mulheres, e um deles é o respeito e o zelo pelas mais velhas.

Os depoimentos incidem sobre a relação subalterna, secundária exercida pela mulher em suas funções no mundo do crime. Ou seja, as relações de poder estão intrínsecas em todo o trajeto percorrido pelas presas na configuração de vida no cárcere. Uma das

respondentes, de 52 anos, ressalta que caiu na vida de crime para traficar e proteger o marido e o filho. As drogas funcionavam como válvula de escape do contexto familiar e social extremamente violento:

*Tô sendo acusada de tráfico, meu companheiro traficava, ele tinha colocado as drogas no mato e os homens chegou e pegou (sic), bateram nele e em mim atrás de uma arma. Acharam 45 pedras. Tenho uma filha que também foi presa por tráfico, e encontra-se em prisão domiciliar por conta do bebê. Tenho outro filho de 17 anos que também é envolvido e já levou seis tiros, depois disso ele parou, mas ainda é usuário. Sou viciada em pedra e maconha, o chamado “mela”. Com os problemas quando *tava* aperreada, com meus filhos, usava para passar a enfrentar a realidade. Comecei a usar depois que meu filho entrou na vida do crime, era um sofrimento que não tinha tempo de dormir, nem de acordar.*

*Tenho vontade de entregar ele para não vê-lo (sic) morto, cai para traficar coisa dele, para evitar a morte dele. Nem abrir a boca ele abre, por que a bala *tá* alojada. Sinto mais por ele do que por mim, tenho pena de ver ele tão novo e se acabando. Quando sair daqui vou *pra* longe. Moro no bairro Benone, que é muito violento, onde tudo o que o povo faz, desce *pra* rua onde moro. É um lugar onde se você vê as coisas tem que ficar calado *pra* não morrer. Pode ver matando o irmão que não pode fazer nada. É preciso sobreviver!*

Destarte, as presas em seus discursos tornam visível a divisão sexual do crime e a forte presença masculina em seus atos delituosos. Estudos recentes⁸ chamam a atenção para a necessidade de pensarmos na criminologia feminina como questão de gênero.

De acordo com o Relatório sobre Mulheres Encarceradas no Brasil, de 2007 os graves problemas que caracterizam o sistema penitenciário brasileiro, encontram sua gênese nas inúmeras carências e deficiências estruturais que acompanham a história do país, denunciando a constante violação dos direitos da mulher presa, e sua constante relação com a perspectiva de gênero.

No que corresponde aos direitos humanos das mulheres, Silva e Rodrigues (2017) resgatam o percurso histórico da mulher que, em um determinado momento, não era considerada um ser humano e, portanto, não teria direitos, frisando que “[...] as

⁸ Costa, 2008; Brasil, 2014; Breitman, 1999; Moreira, 2007; Alves, 2001; Silva 2012; França, 2014.

mulheres, enquanto grupo, demandam tanto direitos universais como direitos específicos, haja vista que, como todo e qualquer ser humano, tem necessidade de ordem individual, coletiva e social [...]” (SILVA; RODRIGUES, 2017).

Nesse sentido, na contemporaneidade ainda são emergentes ações afirmativas e lutas feministas em prol dos direitos das mulheres, que são violados constantemente. Ao se pensar no contexto das mulheres presas, esses direitos são duplamente contrariados, pois ainda é engendrada a perspectiva do poder masculino como centro, nas perspectivas jurídicas, social e cultural, havendo a necessidade de, assim como afirma Scott (1995), explodir tais concepções arcaicas, incomodando, apresentando a categoria de gênero na condição de analítica e problematizadora das perspectivas sociais fortemente enraizadas na sociedade.

As presas, em seus discursos, relatam essa divisão sexual do crime e a forte presença masculina em seus atos delituosos. Outra/o interna/o se intitula como homem trans e explica que caiu no crime por dinheiro fácil e destaca que a sua orientação sexual também contribuiu para a sua inserção na criminalidade.

Usando o nome social dentro da prisão, ele (como prefere ser chamado) nos informou que, ao ser preso, o delegado perguntou em qual ala gostaria de ficar (masculina ou feminina), escolhendo a feminina por medo de ser estuprado ou sofrer atentados junto aos homens. Tal atitude do delegado revela um avanço no sentido de gênero na prisão, pois, mesmo ainda não possuindo seu nome social registrado na carteira de identidade, o homem trans entrevistado foi tratado com respeito ao seu gênero.

Nesse contexto de identidades plurais, Alves, Melo e Cruz (2001) argumentam que a identidade é uma categoria do imaginário social, que se constrói dialeticamente no processo social mais amplo, repleto de contradições, considerando que: “[...] as possibilidades de diferentes configurações de identidades, metamorfoses que evidenciam imagens contraditórias, múltiplas faces estigmatizações e resistências à perda de uma identidade anterior à prisão” (ALVES; MELO; CRUZ, 2001, p. 20). A construção da identidade, para as autoras citadas acima, se faz no cotidiano de cada

presidiária, de modo que diferentes configurações e interfaces vão sendo construídas, num processo de perda da identidade anterior e resistências à nova identidade posta.

A Secretaria de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República, publicou a Resolução Conjunta nº 1 de 15 de abril de 2014, a qual estabelece em seu art. 1º “[...] os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil”. (BRASIL, 2014b). A referida normatização determina que aos presos *gays* e travestis, em presídios masculinos, deverão ser oferecidos espaços de convivência específicos. A resolução também prevê que o preso LGBT tem o direito, se preferir, de ser chamado pelo nome social. Além disso, o nome social deve constar no registro de admissão no estabelecimento. (BRASIL, 2014b).

Segundo o referido texto, as pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas, e o Estado deverá garantir tratamento igual às mulheres transexuais ao das demais mulheres em privação de liberdade, garantindo o respeito ao uso das roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero, assim como o direito à visita íntima e à atenção à saúde e educação. Entretanto, a Resolução não estabelece sanções para o presídio que não cumprir as normas, não possuindo ainda peso de lei (BRASIL, 2014b).

O discurso do homem trans sobre as dificuldades de aceitação com relação a sua sexualidade é algo comum vivenciado pelas pessoas que rompem os padrões. A “[...] transexualidade seria, portanto, a materialização do impossível, o inominável, aquilo que transcende a capacidade de compreensão” (BENTO, 2011, p. 552).

Bento (2011) adverte sobre as múltiplas violências sofridas por transexuais e travestis que cruzam os limites dos gêneros, colocam-se em posição de risco, sendo, muitas vezes, agredidas/as e mortas/os sem que haja punições, uma vez que há uma hierarquia até mesmo na morte. Consideramos importante pensar sobre o contexto dos discursos na prisão. Nesse sentido, o preso trans entrevistado relata que adentrou o mundo do crime atraído pelo dinheiro fácil. Ademais, alguns/as presos/as fazem questão de mostrar as marcas de violências sofridas (facadas, tiros, espancamento, tatuagens) como quem

coleciona em seus corpos vestígios de uma vida repleta de lutas, criminalidade, violências e resistências.

Finalmente é preciso destacar que as mulheres emergem como alteridade feminina, sociocultural e política, passam a estar presentes, reconhecidamente, nas arenas da vida cotidiana, onde se redefinem com base na cultura, na história, nas relações de trabalho e nas formas de inserção no mundo político, portanto, em um novo campo de possibilidades para estabelecer convenções capazes de vencer sua condição de desigualdade.

Considerações finais

Assim chegamos ao final do trabalho que celebra as invisíveis do cárcere, necessitando de últimas palavras que representem as respostas para as perguntas elencadas no início da pesquisa, assim como considerações em torno dos objetivos traçados, o que se vimos, vivemos e concluímos em torno da vida das prisioneiras de Paulo Afonso (BA). Porém, para além dessas variantes, consideramos importante não fechar parênteses, nem apresentar conclusões fechadas, destacamos, *a priori*, a sensação de dever cumprido, de ter tocado e atingido o centro e objeto desta pesquisa, que diz respeito as mulheres presas.

A partir de estudos teóricos e práticos interligadas, foi possível estabelecer a relação entre educação, gênero e criminalidade feminina, demarcando que tais categorias estão intimamente relacionadas no que se refere à vida de mulheres no cárcere em suas interfaces subjetivas e identitárias.

Os perfis dos/as presos/presas se assemelham aos dados contidos no Relatório do INFOPEN (BRASIL, 2014a), segundo o qual a população prisional nacional é em sua maioria de pobres, negros, com baixa ou nenhuma escolaridade. Especificamente sobre as mulheres presas, destacamos em seus discursos a construção de um outro de si, sempre se reportando a imagens de mulher mãe de família, trabalhadora e do lar, assim

como evidenciado na perspectiva de padrões históricos de como ser e viver sendo mulher na sociedade.

Os dados evidenciam que as mulheres fazem parte da divisão sexual do crime, desde sua efetivação (em seu caráter subalterno, sempre em posições inferiores aos dos homens), até seu julgamento (com um possível abrandamento da pena). Entretanto, é importante ressaltar que as mulheres sofrem a penalidade de maneira mais intensa, por meio dos estereótipos de gênero, os quais sustentam a imagem de mulher ideal de família.

É possível perceber que a divisão sexual do crime possui dois lados, ou seja, a criminalidade feminina está associada ao processo educacional (escolar e não escolar) que advém de uma cultura heterossexual compulsória e sexista, assim como a incongruência de que em alguns momentos a mulher é tratada como homem na prisão (haja vista a falta de leis específicas, apoio médico, etc.), e, ao mesmo tempo, são diferenciadas na prisão por serem mulheres, no que se refere às visitas íntimas à qual não têm direito, pois acredita-se que a mulher não possui o tal “instinto masculino”.

Existe um grande aporte de diferenciações de gênero na prisão, assim como também nos processos educacionais latentes, que estão presentes nas falas das presas. O ato da faxina, das punições, trabalhos de ressocialização, namoros, cursos de aperfeiçoamento, envolvimento com a comunidade prisional, são atos formativos educacionais institucional e não institucional, que refletem padrões de gênero.

Ao adentrar em um presídio como apenadas, as mulheres precisam se adaptar às novas regras, e esses processos de adaptação e de vivências são educativos. A violência institucional mostra-se presente, pois elas sofrem toda a sorte de desrespeito aos seus direitos, às suas especificidades (sexualidade, orientação sexual, papéis de gênero e maternidade) desde o encarceramento em prédios superlotados e a inadequação deles à realidade feminina, até a imposição de castigos como: a negação da feminilidade, o distanciamento da família, a submissão, a falta de assistência à saúde, o acesso à justiça, entre outros.

Todos os processos vivenciados na prisão constituem-se como educativos, formativos, considerando que marcam os indivíduos que ali vivem em todas as suas esferas. O ato de punição, regras, a nova identidade imposta, vivências no cárcere, amizades, namoros, formas de vestir, pronunciar, rotinas, atividades de reeducação, a disciplina, dentre tantos outros elementos que são, por excelência, processos educativos.

A educação, sob a epistemologia pós-crítica, significa descosturar as amarras educativas tradicionais em prol de se pensar em um universo amplo de desenvolvimento do indivíduo como parte de um meio social extenso e pragmático. Uma educação que serve a um projeto de ser humano, evidenciando suas potencialidades, educando para a vida, para além das amarras sociais. Sob a perspectiva pós-crítica aprendemos a ser flexíveis, nos adaptarmos ao ambiente da pesquisa, caminhando sobre o que já foi produzido em relação ao objeto, estabelecendo novos sentidos. Desta forma, esta pesquisa, sob a égide de outros estudos, contribui para se pensar na criminalidade feminina de uma maneira diferenciada, no que tange a sua relação com gênero e educação.

As mulheres presas vivenciam uma invisibilidade no que tange aos direitos específicos de ser mulher no cárcere, como também ocupam um processo que chamamos de “hipervisibilidade”, relacionado ao lugar ocupado por seus corpos no sistema prisional, mulheres que carregam consigo os estigmas sociais atreladas aos papéis históricos.

Se, por um lado são invisibilizadas, por outro, são visíveis na produção de corpos puníveis e descartáveis. Assim as categorias de raça/classe/gênero estão interligadas e produzem vulnerabilidades específicas, sendo de fundamental importância para se pensar em um projeto de corpo e de vida, o qual pode ser potenciado sobre a encruzilhada prescrita na teoria e na prática, alavancando estudos que dialoguem com o contexto e suas variáveis.

Nesta linha de reflexão, a criminalidade das mulheres está intimamente associada ao processo educacional estruturado em uma cultura heterossexual compulsória e sexista, constituindo-se como estratégia de saída da invisibilidade social feminina, ora como forma de libertação, ora como sujeição ao homem.

Os resultados da pesquisa nos instigam a questionar a perspectiva criminal relacionada ao gênero e à educação primária e secundária (escolar e não escolar). Uma vez que o ser humano é formado a partir do meio onde a cultura não determina, mas o constitui, temos vivido processos de socialização/educação historicamente calcados na cultura androcêntrica, na qual se criam meninos para a liberdade e meninas para o lar. Logo, esta concepção se reflete em todos os âmbitos sociais, inclusive no contexto criminal.

A educação é o que permite o acesso aos variados discursos, porém, esta é marcada por lutas sociais que constituem um sistema político que influencia nos discursos individuais por meio do poder. Os discursos são construções de verdades e significados cotidianos, instáveis que sempre mudam de acordo com quem fala e com quem se fala. São acontecimentos descontínuos e múltiplos, influenciados por relações de poder que atingem a consciência do ser humano, assujeitando e dominando os pensamentos.

Segundo Foucault, “[...] o discurso nada mais é, do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (FOUCAULT, 1970, p. 49). As presas burlam a ordem dominante e apresentam-se em suas falas e discursos como aquelas que vivenciam contradições em suas trajetórias de vida. São mulheres que negam a identidade de criminosas, com veemência, nos embaraçam em suas histórias de vida peculiares e justificam seus atos delituosos.

Como educadoras, aprendemos a ouvir e ser ouvidas, sonhamos, e nos tornamos, buscamos e ainda caminhamos em prol de uma compreensão das mazelas sociais, reportando-nos a um campo que traz lembranças da infância, atreladas a um sentimento de dúvidas e incertezas. Findamos o trabalho sem calar as palavras, repleta de pensamentos, inquietudes, e dúvidas, mas também, com a certeza que esta pesquisa pode provocar um alargamento de mentalidades, proporcionando às mulheres presas um falar para além das grades, expressando um espetáculo da vida real que se materializa neste artigo científico.

Referências

ALVES, A. C. F. (Org.). **De gente a gente só tem o nome:** a mulher no sistema penitenciário em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2001.

ALVES, A. C. F.; MELO, A. M. V.; CRUZ, M. H. S. Exclusão e subalternidade: construindo a subjetividade violenta. In: ALVES, A. C. F. (org.). **De gente a gente só tem o nome:** a mulher no sistema penitenciário em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2001.

ASCOM/PMPA. **Internas do presídio regional participaram de curso de boneca de pano.** 29 de junho de 2016. Prefeitura de Paulo Afonso, Bahia. Disponível em: <<http://pauloafonso.ba.gov.br/novo/?p=noticias&i=5615>> Acesso em 20 de dezembro de 2017.

BAHIA. Decreto 10.388 de 27 de junho de 2007a. Aprova o Regimento da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10111200/artigo-10-do-decreto-n-10388-de-27-de-junho-de-2007-da-bahia>>. Acesso em 28 jun. 2018.

BAHIA. **Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado da Bahia.** Publicação conjunta com o Ministério da Justiça. Brasília: Ministério da Justiça, 2007b.

BENTO, B. Na escola de aprende que a diferença faz diferença. **Estudos Feministas**, v, 19, n.2, p. 549-559, mai-ago, 2011. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>>. Acesso em: 18 de nov, 2017.

BRASIL. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal). Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial [da] União** - Seção 1 - 13/7/1984, Página 10227. Brasília, DF, 1984.

BRASIL, **Brasil tem 4ª maior população carcerária do mundo, diz estudo do MJ.** Justiça. Gov.br. Notícias do cotidiano, Brasília, 24/06/2016. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/populacao-carceraria-brasileira-chega-a-mais-de-622-mil-detentos>> Acesso em 19 de janeiro de 2017 às 12:07.

BRASIL. Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014. Presidência da República - Conselho Nacional de Combate à Discriminação **Diária Oficial [da] União**, 17/04/2014- Nº 74, Seção 1, pág. 1, Brasília, DF, 2014a.

BRASIL. **Levantamento nacional de informações penitenciárias, INFOPEN-** Mulheres, DEPEN- Departamento Penitenciário Nacional, Brasília, junho de 2014b.

CENTRO PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO INTERNACIONAL et al. **Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil.** Brasília: Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Programa para a América Latina da International Women's Health Coalition. 2007.

BREITMAN, M. R. **Criminalidade feminina**: outra visão dos papéis da mulher. Porto Alegre, 1999, pp 200-223.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, (42), p. 250-274, jan-jun de 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>>. Acesso em: 10 out 2017.

CARVALHO, M. E. P. de *et al.* **Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI**: inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente. João Pessoa. Editora da UFPB, 2016. 74p.

COSTA, E. C. P. **Amor bandido**: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. 2. Ed. – Maceió: EDUFAL, p. 153, 2008.

FOLLADOR, K. J. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista Fato & Versões** n.2 v.1, p.3-16, 2009. Disponível em: <www.catolicaonline.com.br/fatoeversoes>. Acesso em: 20 nov. 2017.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio, 18. ed. Janeiro de 2009- São Paulo. Pronunciado em 2 de dezembro de 1970.

_____. **Microfísica do poder**; organização e tradução de Roberto Machado.- Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Ghilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

_____. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 41^a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2013.

FRANÇA, M. H. de O. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. **Revista Ártemes**, Vol. XVIII N 1, jul.-dez. 2014, pp. 212-227. Disponível em: <periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/download/22547/12510>. Arquivo PDF>. Acesso em: 12 out. 2017.

FURLAN, C. C.; MULLER, V. R. Gênero, sexualidades e docência: (re) pensando práticas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, p. 3-4, maio/ago. 2013.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, p. 443-481, 2008.

LOURO, G. L. Pedagogias de sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MACHADO, L. Z. **Perspectivas em Confronto**: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo? Série Antropologia nº 284. Brasília, 2000.

MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós críticas em educação**. Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, Rio Grande do Sul, 2006, p. 117-128.

MOREIRA, C. L. Aspectos da criminalidade feminina. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, X, n. 40, abr 2007. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4088>. Acesso em: out 2016.

PROGRAMAÇÃO do Dia Mundial de Luta contra a AIDS começa hoje. **Prefeitura Municipal de Paulo Afonso** – Assessoria de Comunicação. (30.11.2009). Disponível em: <<http://pauloafonso.ba.gov.br/novo/?p=noticias&i=561#>> Acesso em 01 jul, 2018.

ROSALDO, M. Z. Introdução; A Cultura e a Sociedade: uma Revisão Teórica. In: ROSALDO, M. Z. et al. **A mulher a cultura e a sociedade**. São Paulo: Paz e Terra. 1979.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna. 1987.

SANTOS, R. C. F. **Representações sociais de aprisionados (a) e técnicos (as), sobre os programas de ressocialização (atividades de educação e trabalho) no sistema prisional no Estado de Sergipe**. São Cristóvão, 183 f. 2014.

SARDENBERG, C. M. B. **Da transversalidade à transversalização de gêneros aportes conceituais e prático-políticos**. In: Travessias de gênero na perspectiva feminista/ Ivia Alves; Maria de Lourdes Scheffler, Petilda Serva Vasquez e Silvia de Aquino, organizadoras. Salvador: EDUFBA/ NEIM, 2010. (Coleção Bahianas. 12).

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. 16(2) julho/dezembro. 1990. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840746/mod_resource/Arquivo PDF >. Acesso: 17 out 2017.

SILVA, S. M. da; RODRIGUES, A. T. **E book direitos humanos das mulheres - I Unidade**. Universidade Federal da Bahia, 2017.

SILVA, V. S. Michel Foucault: história ética e subjetividade. In: **Campos heterópicos, disciplina e resistências: a prisão feminina sob a o olhar de Michel Foucault**. Edufal, Maceió, 2015.

SILVA, V. S. **O entre da liberdade, as prisões: os feminismos que emancipam, prendem? uma história do gênero feminino na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande (1970-2000) – Recife: o autor, 2014. 300P. Tese de doutorado em história- Universidade Federal de Pernambuco- UFPE.**

SOUZA, A. L. O. P. de. **Paulo Afonso: um muro duas cidades**. Universidade federal de Sergipe, Aracaju. 2011.

SOUZA, S.B. Criminalidade feminina: trajetórias e confluências na fala de presas do Talavera Bruce. **Democracia Viva**, 33:10-16, 2005.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007. Disponível em: <<http://www.polo.unisc.br/portal/upload/com>

_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

Recebido em 29/05/2018
Aprovado em 22/06/2018